



# PREFEITURA DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RO

AV. AFONSO PENA, 3.370 - CENTRO, ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO - CEP: 76.952-000

CNPJ: 84.744.994/0001-40

## DECRETO Nº 147

DECRETO Nº. 147/GP, de 02 de outubro de 2019.

"Regulamenta o Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado para os Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal".

O Sr. **MARCOS AURÉLIO MARQUES FLORES**, Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 60, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

**Art. 1º** Este Decreto estabelece normas com vista a regulamentar o Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física e sociedades cooperativas nas contratações Públicas de bens, serviços e obras, tendo como objetivos:

I – promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional para incrementar o investimento e valor agregado da produção local e regional;

II – ampliar a eficiência das políticas públicas, nelas compreendidas as ações de melhoria do ambiente de negócios; e

III – incentivar a inovação tecnológica.

IV – Estimular o uso do poder de compra do Município, articulando diversos fatores e agentes, em uma ação integrada e abrangente, promovendo, assim, o desenvolvimento socioeconômico de Alto Alegre dos Parecis – RO e Região.

**§ 1º** As normas e procedimentos deste Decreto aplicam-se a Administração Pública Direta, aos fundos especiais, as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Alto Alegre dos Parecis.

**Art. 2º** Para efeitos deste Decreto considera-se:

I – âmbito local: limites geográficos do município de Alto Alegre dos Parecis; e

II – âmbito regional: limites geográficos dos municípios de: Ji-paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, São Felipe D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste e Alta Floresta D'Oeste.

**§ 1º** Admite-se a adoção de outro critério de definição de âmbito local e regional, desde que o órgão contratante o faça justificadamente e em atenção aos objetivos previstos no artigo.

**§ 2º** Utilizando o critério do § 1º, deste artigo, torna-se obrigatória sua reprodução em Edital.

**Art. 3º** Para atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica, previstos no § 1º, deste decreto e no art. 47, da Lei Complementar 123/2006, os benefícios referidos neste decreto deverão priorizar a contratação de microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e agricultores familiares sediadas local e regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observando o seguinte:

I – A prioridade para microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e agricultores familiares sediadas no município de Alto Alegre dos Parecis;

II – Não existindo microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e agricultores familiares sediadas no município de Alto Alegre dos Parecis, cuja a proposta esteja no limite de 10% previsto neste artigo, a prioridade será dada aos microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e agricultores familiares regionais, assim entendidas como aquelas sediadas no art. 2º, II, desde Decreto.

**Parágrafo único:** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar oferta;

**Art. 4º** Para ampliar a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os órgãos ou entidades contratantes deverão, sempre que possível:

I – Adequar o Cadastro Geral de Fornecedores para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, juntamente com suas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e as subcontratações;

II – Padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para adequarem os seus processos produtivos;

III – Na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente; e

IV – Considerar, na construção de itens, grupos ou lotes da licitação, a oferta local ou regional dos bens e serviços a serem contratados.

**Art. 5º** Os critérios de Tratamento Diferenciado e Simplificado para as pequenas empresas deverão estar expressamente previstos no Instrumento Convocatório.

I – Microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º, caput, incisos I e II, e § 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**Art. 6º** O presente Decreto possui como supedâneo as seguintes legislações:

I – Agricultura familiar - Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

II – Produtor Rural pessoa física - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

III – Microempreendedor Individual - MEI, - § 1º do artigo 18-A, da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

IV – Sociedade cooperativa, - artigo 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do artigo 4º, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre dos Parecis-RO, em 02 de outubro de 2019.

Publique-se,  
Registre-se,  
Certifique-se,  
Cumpra-se.



**Marcos Aurélio Marques Flores**  
Prefeito Municipal

Código de Autenticidade da Norma: E93895F380

Cadastrado em: 07/10/2019 09:21:42, Por: LUSICLEIA FERREIRA DOS ANJOS

Documento Gerado pelo Portal da Legislação. Em 22 de março de 2024 às 10:38:48

